



24 DE AGOSTO DE 2017

Quinta-feira

- **CURSOS DE SETEMBRO NO SINDIMETAL/PR**
- **CONCESSÕES SÃO DECISIVAS PARA RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, AVALIA CNI**
- **CNI ELOGIA PPI E DIZ QUE PARTICIPAÇÃO PRIVADA MELHORA SERVIÇOS E REDUZ CUSTOS**
- **PRIVATIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL INCLUI ITENS NO PARANÁ**
- **INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO SEGUE COM DESEMPENHO FRACO E QUEDA NO EMPREGO, DIZ CNI**
- **BNDES GIRO PRETENDE AMPLIAR EM R\$ 20 BI O CRÉDITO CONCEDIDO PARA PMES**
- **SINDUSCON-SP REÚNE EMPRESÁRIOS E COBRA APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA**
- **PARA BC, PRINCIPAL DESTAQUE DO SETOR EXTERNO SEGUE SENDO A BALANCA COMERCIAL**
- **EBIT AUMENTA EXPECTATIVA DE AUMENTO DE PEDIDOS DO E-COMMERCE EM 2017 PARA 6,5%**
- **REPRESENTANTES DO SETOR DE SERVIÇOS DISCUTEM COM MAIA RISCOS DE ALTA DE IMPOSTOS**
- **NOVA POLÍTICA PARA JUROS DO BNDES AVANÇA**
- **BANDEIRA TARIFÁRIA DEVE SEGUIR VERMELHA EM SETEMBRO**
- **SENADO REJEITA URGÊNCIA PARA PROJETO QUE ACABA COM SIGILO NO BNDES**
- **DÓLAR CAI E BOLSA SOBE COM OTIMISMO POR NOVA TAXA DO BNDES E CONCESSÕES**
- **RODRIGO MAIA ABRE NOVA SESSÃO PARA VOTAR MP DA TLP**
- **TLP: POR 259 VOTOS A 18, CÂMARA REJEITA REQUERIMENTO PARA RETIRAR MP DE PAUTA**
- **TLP: SEM QUÓRUM, MAIA ADIA VOTAÇÃO DA MP PARA A MANHÃ DESTA QUINTA-FEIRA**
- **MEIRELLES: APROVAÇÃO DA TLP É RELEVANTE PARA MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA**

- RECEITA ALERTA SOBRE DÉBITOS NÃO INSCRITOS NO REFIS
- MEIRELLES: HÁ EMENDA PROPONDO ADIAMENTO DO REFIS PARA DIA 31 DE OUTUBRO
- TEMER DIZ QUE LIBERAÇÃO DO PIS/PASEP BENEFICIARÁ 8 MILHÕES DE PESSOAS
- TEMER LIBERA R\$ 16 BILHÕES PARA IDOSOS E AGE PARA REANIMAR INVESTIDORES
- TUDO TEM COMO PANO DE FUNDO O COMBATE AO DESEMPREGO, DIZ TEMER
- OPEP DIZ QUE PODERÁ DISCUTIR EXTENSÃO DE CORTES NA PRODUÇÃO ALÉM DO 1º TRIMESTRE
- FIM DO MISTÉRIO: VW REVELA O INÉDITO SUV T-ROC, COTADO PARA SER FEITO NO BRASIL
- BRASIL APROVA TAXA DE 20% PARA IMPORTAÇÃO DE ETANOL; MEDIDA ATINGE EUA
- MAGGI: AUMENTO DE TARIFA SOBRE ETANOL IMPORTADO TERÁ CUSTO PARA O PAÍS
- AUTOPEÇAS: LOCALIZAR DEPENDE DE MAIOR VOLUME
- INDÚSTRIA MAIS 'TECNOLÓGICA' TEM AVANÇO MAIOR
- GERDAU ANUNCIA SAÍDA DE FAMÍLIA DA DIREÇÃO-EXECUTIVA E ESCOLHA DE NOVO CEO

CÂMBIO		
EM 24/08/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,142	3,143
Euro	3,707	3,709

Fonte: BACEN

CURSOS DE SETEMBRO NO SINDIMETAL/PR

24/08/2017 – Fonte: SINDIMETAL/PR



Curso:
Negociação em Compras

De: 04 a 06 de Setembro de 2017
Horário: das 9h00 às 17h00
LOCAL: Sede do SINDIMETAL/PR| Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba

Conteúdo Programático: O que é negociar; o processo de negociação; técnicas, estratégias e táticas de negociação; o ambiente psicológico para negociar; como tratar vendedores; habilidades do comprador; identificação do perfil do negociador; preparação do contato e encontro de negociação; comunicação oral e escrita; elaboração de textos administrativos; regras de negociação em compras; avaliação de sua condição de negociador.

Investimento:
Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 180,00
Empresas Filiadas: *R\$ 250,00
Outros: R\$ 360,00
* Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 29/08/2017

Faça AQUI a sua inscrição

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.

Sindicato dos Indústrias Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado do Paraná



Curso:
Controle da Qualidade

Dias: 14 e 15 de Setembro de 2017
Horário: Das 8h30 às 17h30
Local: SINDIMETAL/PR| Rua Ângelo Greca, 70 - Atuba

Conteúdo Programático:
Conceito de qualidade; equipe de qualidade; funções da equipe de qualidade; ciclo PDCA; área de inspeção; defeitos X não conformidades; especificações internas com níveis de tolerância aceitável; brainstorming para solução de problemas; relatório de não conformidade; plano de ação; indicadores de qualidade; e acompanhamento.

Investimento:
Associados do SINDIMETAL/PR: *R\$ 180,00
Empresas Filiadas: *R\$ 250,00
Outros: R\$ 360,00
* Mesmos valores para empresas associadas/filiadas de sindicatos parceiros.

Faça AQUI a sua inscrição

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 06/09/2017

Outras informações poderão ser obtidas no SINDIMETAL/PR, através do telefone (41) 3218-3935, ou e-mail sindimetal@sindimetal.com.br, com a Sra. Gisele Alves de Santana.



Concessões são decisivas para recuperação e modernização da infraestrutura, avalia CNI

24/08/2017 – Fonte: CNI

Participação da iniciativa privada em portos, aeroportos e no setor de petróleo e gás melhora a eficiência dos serviços, reduz custos da indústria brasileira e abre caminho para a retomada do crescimento econômico



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia como positivo o novo pacote de concessões e de privatizações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) anunciado nesta quarta-feira (23) pelo governo federal. Para a CNI, a proposta de privatização da Eletrobrás está na direção correta, mas ainda existem importantes estudos a serem feitos e detalhes que precisam ser esclarecidos.

A medida estimulará investimentos privados no setor elétrico e contribuirá para o equilíbrio das contas públicas e à retomada do crescimento econômico no país. As concessões de distribuição, geração e linhas de transmissão abrem caminho para maior concorrência e a consequente redução das tarifas de energia. A confirmação dos próximos leilões do pré-sal também são de grande importância e, sem dúvida, foram viabilizadas depois da alteração legislativa que retirou a obrigatoriedade da Petrobras de ser operadora única dos campos de petróleo e gás do pré-sal.

“O caminho para a reversão do déficit da infraestrutura passa pelo aumento da participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão de empreendimentos

nos setores de transporte, energia e saneamento básico”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

AEROPORTOS E RODOVIAS – Na avaliação da CNI, as concessões de rodovias e aeroportos, incluídas no pacote do PPI, são imprescindíveis para melhorar a eficiência e modernizar os serviços de infraestrutura, e reduzir os custos de produção no país. Atualmente, os 10 aeroportos brasileiros que estão sob a responsabilidade da iniciativa privada movimentam 54% do total de passageiros, o que representa 52 milhões de passageiros/ano.

A privatização de companhias docas também é uma antiga demanda da indústria. Com os investimentos e a experiência do setor privado, as administrações portuárias terão maior capacidade gerencial e mais força para elevar a eficiência dos portos brasileiros a padrões internacionais. Na avaliação da CNI, a baixa eficiência da administração estatal dos portos está na raiz dos problemas do setor e no volume de investimento insuficiente para atender à expansão do comércio exterior do país.

CNI elogia PPI e diz que participação privada melhora serviços e reduz custos

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O novo pacote de concessões e de privatizações no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), anunciado nesta quarta-feira, 23, pelo governo federal, foi considerado positivo pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota a entidade diz que a participação da iniciativa privada em portos, aeroportos e no setor de petróleo e gás melhora a eficiência dos serviços, reduz custos da indústria brasileira e abre caminho para a retomada do crescimento econômico.

“O caminho para a reversão do déficit da infraestrutura passa pelo aumento da participação da iniciativa privada nos investimentos e na gestão de empreendimentos nos setores de transporte, energia e saneamento básico”, afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

Segundo a CNI, com os investimentos e a experiência do setor privado, as administrações portuárias, por exemplo, terão maior capacidade gerencial e mais força para elevar a eficiência dos portos brasileiros a padrões internacionais.

Na avaliação da entidade, a baixa eficiência da administração estatal dos portos está na raiz dos problemas do setor e no volume de investimento insuficiente para atender à expansão do comércio exterior do país.

Eletrobras

Para a CNI, a proposta de privatização da Eletrobras, anunciada na segunda-feira, 21, está na direção correta, mas ainda existem importantes estudos a serem feitos e detalhes que precisam ser esclarecidos.

Mesmo assim, a expectativa é que a medida estimule investimentos privados no setor elétrico e contribua para o equilíbrio das contas públicas e para a retomada do crescimento econômico no país.

“As concessões de distribuição, geração e linhas de transmissão abrem caminho para maior concorrência e a consequente redução das tarifas de energia”, diz a nota.

Ainda de acordo com a entidade, a confirmação dos próximos leilões do pré-sal também é de grande importância e, sem dúvida, foram viabilizados depois da alteração legislativa que retirou a obrigatoriedade da Petrobras de ser operadora única dos campos de petróleo e gás do pré-sal.

Privatização do governo federal inclui itens no Paraná

24/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

Linhas de transmissão de energia elétrica e terminais de grãos estariam na lista



Com a meta de melhorar o caixa da União e estimular a economia, o governo decidiu colocar à disposição da iniciativa privada a administração de 14 aeroportos, 11 lotes de linhas de transmissão, 15 terminais portuários, além de parte da Eletrobras, como foi anunciado no início da semana. Com a medida, o governo espera arrecadar, a partir de 2017, cerca de R\$ 44 bilhões ao longo dos anos de vigência dos contratos.

Divulgados em parte na noite de ontem, o pacote inclui itens no Paraná, como linhas de transmissão e terminais de grãos no Porto de Paranaguá. Mais detalhes devem anunciados nos próximos dias.

Em reunião, ontem, no Palácio do Planalto, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) decidiu incluir no programa de desestatização rodovias, a Casa da Moeda, a Lotex e a Companhia Docas do Espírito. Ao todo, são 57 projetos de venda de empresas e parcerias público privada.

Os lotes de linhas de transmissão, que serão licitados em dezembro, estão distribuídos em dez estados — Bahia, Ceará, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Minas, Gerais e Tocantins. Além desses repasses, ainda há 15 terminais portuários à iniciativa privada, que o governo estima arrecadar R\$ 2 bilhões.

Arrecadação

O governo espera arrecadar mais de R\$ 44 bilhões com os repasses. A maior parte desse dinheiro deve entrar entre 2017 e 2018 e será um reforço de caixa importante para a União, que enfrenta dificuldades para cumprir as metas fiscais deste e do próximo ano.

A projeção é conservadora e considera apenas os valores mínimos dos bônus. Ou seja, se alguns projetos despertarem grande apetite de investidores, o ágio oferecido pode incrementar ainda mais a arrecadação.

Indústria da construção segue com desempenho fraco e queda no emprego, diz CNI

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A indústria da construção continua operando abaixo do usual e com alta ociosidade. A Sondagem Indústria da Construção de julho, divulgada nesta quarta-feira, 23, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), registra queda da atividade e do emprego no setor no mês passado, embora em menor ritmo que o observado em junho.

Pelo estudo, o índice de nível de atividade da construção aumentou para 44,3 pontos em julho, 1,5 ponto superior ao de junho, e o índice de número de empregados subiu

de 41,8 pontos em junho para 42,6 pontos em julho. Os indicadores variam de zero a cem pontos e, quando estão abaixo dos 50 pontos, revelam retração.

O nível de utilização da capacidade de operação ficou em 56% em julho, oito pontos percentuais abaixo da média histórica para o mês, segundo a CNI. O indicador de nível de atividade efetivo em relação ao usual teve uma leve alta, de 29,6 pontos em junho para 30,4 em julho. Na prática, no mês passado, 44% das máquinas, dos equipamentos e do pessoal do setor ficaram parados.

Mesmo com o desempenho fraco registrado há meses, os empresários da construção se mostraram menos pessimistas na pesquisa. Os indicadores de expectativas para os próximos seis meses para o nível de atividade, contratação de novos empreendimentos e serviços, compra de insumos e matérias-primas e número de empregos ficaram todos próximos da linha divisória dos 50 pontos, que separa o otimismo do pessimismo.

O índice de expectativa do nível de atividade ficou em 49,8 pontos, o de número de empregados subiu para 48,2 pontos e o de novos empreendimentos e serviços alcançou 48,4 pontos.

Além disso, o índice de confiança do empresário do setor aumentou 1,9 ponto em relação à pesquisa anterior e ficou em 50,3 pontos. "A expectativa de retomada da economia e de manutenção do ciclo de queda dos juros contribuíram para a melhora das perspectivas dos empresários da construção", afirma em nota a economista da CNI Flávia Ferraz.

Esta edição da Sondagem Indústria da Construção foi feita entre 1º e 10 de agosto com 624 empresas, das quais 209 pequenas, 289 médias e 126 de grande porte.

BNDES Giro pretende ampliar em R\$ 20 bi o crédito concedido para PMEs

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulo Rabello de Castro, afirmou nesta quarta-feira, 23, durante cerimônia no Palácio do Planalto, que o banco de fomento quer ampliar a carteira de crédito para as micro, pequenas e médias empresas (PMEs). O esforço para aumento do crédito a PMEs havia sido antecipado pelo banco de fomento ao Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) em julho.

Rabello rechaçou que o banco ofereça a maior parte do crédito para grandes empresas e disse que hoje 40% do que é concedido é para as PMEs. "Queremos anunciar em 12 meses que estaremos próximos de 60% da carteira total às PMEs", disse.

Rabello disse ainda que a instituição quer dobrar o crédito para as micro e pequenas, que hoje é de R\$ 13 bilhões por semestre.

Na cerimônia, que marca o lançamento do BNDES Giro, Rabello anunciou ainda a intenção de ampliar em cerca de R\$ 20 bilhões em novos financiamentos para PMEs até agosto de 2018.

Rabello disse ainda que segue uma recomendação do presidente Michel Temer ao dedicar políticas para as micro e pequenas empresas e que para tal é preciso contar com o "suporte incondicional" do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. "Temos que ter o suporte de todo o sistema financeiro nacional", completou.

O presidente do BNDES destacou que o governo veio de um intenso processo recessivo da economia, mas que já há "sinais evidentes de uma retomada". Apesar disso, Rabello

ponderou que a carteira de pessoas jurídicas do banco ainda se encontra em território negativo.

Segundo ele, no entanto, no 2º trimestre, na ponta, as condições financeiras para as micro e pequenas empresas melhoraram ante o 4º trimestre de 2016. "Mas ainda não estamos tranquilos, algumas linhas PJ têm queda de 7%", afirmou.

Spread

Durante a fala, Rabello disse que o conselho de administração do BNDES aprovou a redução dos spreads bancários em 30%, para pelo menos 1,5 ponto porcentual, na linha apresentada aos empresários nesta quarta pela manhã.

'Chuva depois de muita seca'

O presidente do BNDES disse que a nova linha de crédito terá R\$ 20 bilhões iniciais para as pequenas empresas com custo que tem como referência inicial a Taxa Juro de Longo Prazo (TJLP). "São R\$ 20 bilhões canalizados para a retomada. Parece pouco, mas é chuva depois de muita seca", disse. Segundo Rabello, se a linha for esgotada, o valor poderá ser ampliado futuramente pelo banco.

SindusCon-SP reúne empresários e cobra aprovação da reforma da Previdência

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP) enviou nesta quarta-feira, 23, ao Congresso um ofício cobrando a aprovação imediata da reforma da Previdência. Em nota, o Sinduscon-SP avalia que o adiamento da reforma trava a produção, aumenta o desemprego e rebaixa ainda mais a nota de crédito do País, inibindo a retomada do desenvolvimento econômico e social.

O ofício recebeu o apoio de 24 entidades nacionais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce), o Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP), entre outros.

A cobrança do Sinduscon-SP é feita um dia depois de a instituição revisar a perspectiva para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) da construção civil em 2017, que passou de uma alta de 0,5% para uma queda de 3,5%.

Com essa frustração nas expectativas de retomada, o setor caminha para o quarto ano consecutivo de queda no nível de atividade econômica. O PIB do setor encolheu 5,2% em 2016, 6,5% em 2015 e 2,1% em 2014.

Segundo avaliação do Sinduscon-SP, feita em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a mudança nas projeções para o PIB da construção está relacionada à continuidade da crise econômica nacional e à escassez de investimentos em programas públicos.

Esses fatores mantiveram estagnadas obras de infraestrutura remanescentes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e demais projetos previstos por Estados e municípios.

Além disso, a crise tem conferido um ritmo lento às contratações de novos empreendimentos imobiliários no Minha Casa Minha Vida (MCMV), especialmente na faixa 1, que é voltada para a população mais carente e requer subsídios dos cofres públicos.

Para BC, principal destaque do setor externo segue sendo a balança comercial

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Renato Baldini, afirmou nesta quarta-feira, 23, que o principal destaque do setor externo brasileiro segue sendo a balança comercial. Em julho, o saldo comercial foi de US\$ 6,056 bilhões, o maior para o mês na série histórica, destacou Baldini.

No caso da conta corrente, porém, os dados divulgados nesta quarta-feira pelo BC mostraram déficit de US\$ 3,404 bilhões, o que representa o primeiro resultado negativo após quatro meses de superávit.

“O déficit em conta em julho foi causado por um fator sazonal, que é o pagamento de juros. Foram pagos US\$ 4,5 bilhões em juros em julho, mas isso não se repetirá em agosto”, disse Baldini. Ainda assim, ele pontuou que o déficit em conta em julho foi o menor para o mês desde 2009.

Viagens internacionais

O chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central afirmou que a apreciação do real justifica a alta das despesas com viagens internacionais em 2017. “Observamos, em relação a viagens internacionais, que elas tendem a responder à evolução do câmbio e ao nível da atividade econômica”, afirmou. “E temos observado apreciação do real, o que justifica o aumento das despesas.”

As despesas líquidas com viagens internacionais em julho somaram US\$ 1,439 bilhão. No ano, até julho, já chegam a US\$ 7,185 bilhões, conforme os números divulgados pelo BC.

Projeções

Baldini afirmou que a projeção da instituição para a conta corrente em agosto é de déficit de US\$ 1,2 bilhão. Já no caso do Investimento Direto no País (IDP), a projeção para o mês é de US\$ 6,5 bilhões. Em agosto, até o dia 21, já ocorreram entradas de US\$ 4,7 bilhões de IDP.

Na conta de viagens internacionais, as saídas líquidas do País em agosto, até o dia 21, somam US\$ 909 milhões. Isso é resultado de despesas de brasileiros no exterior de US\$ 1,199 bilhão e de gastos de estrangeiros no Brasil de US\$ 290 milhões.

Baldini informou ainda que, na conta de juros, houve saída de US\$ 511 milhões do País em agosto, até o dia 21. Na rubrica de lucros, houve remessas de US\$ 696 milhões no mesmo período.

Já o investimento em ações em agosto, até o dia 21, está positivo em US\$ 1,5 bilhão. No caso da renda fixa, está negativo em US\$ 424 milhões.

O chefe-adjunto do Departamento Econômico do BC também informou que até o dia 21 a taxa de rolagem total está em 37%. Este percentual é resultado de 41% de rolagem no caso de empréstimos diretos e de 18% de rolagem em títulos de longo prazo.

Ebit aumenta expectativa de aumento de pedidos do e-commerce em 2017 para 6,5%

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após um desempenho do comércio eletrônico no primeiro semestre melhor do que o esperado, a Ebit elevou sua estimativa para o crescimento do número de pedidos feitos

no varejo online. A empresa especializada em informações do setor projetava um crescimento de 4% na quantidade de compras no ano e revisou a projeção para 6,5%. O impacto desse aumento no faturamento nominal do setor, no entanto, não deve ser relevante porque o tíquete médio das compras tem crescido menos em meio a uma queda nos preços no setor.

Em quantidade de pedidos, a expectativa é de chegar a 113,2 milhões este ano ante 106,3 milhões no ano passado. Já o tíquete deve crescer 3,3% no ano, para R\$ 431. A estimativa inicial da Ebit era de alta de 8%.

“O comércio eletrônico voltou a registrar deflação”, comentou o diretor de operações da Ebit, André Dias. A deflação é comum no e-commerce porque a participação de eletrônicos é alta nas vendas do setor e a atualização tecnológica costuma derrubar preços de produtos de tecnologias anteriores. Apesar disso, no ano passado o impacto da inflação brasileira chegou a provocar alta de preços online e o recuo agora provocou uma mudança nas estimativas.

Com esse efeito nos preços, a previsão da Ebit é de alta de 10% no faturamento do comércio eletrônico no ano ante 2016 em termos nominais. Essa estimativa foi revista para baixo ante uma projeção de 12% feita no início do ano, justamente em razão do efeito da deflação no tíquete médio.

Representantes do setor de serviços discutem com Maia riscos de alta de impostos

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Preocupados com a constante ameaça da Receita Federal em alterar os regimes do PIS/Cofins para as empresas de serviços, representantes de diversos segmentos desse setor da economia se encontraram nesta quarta-feira, 23, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que já havia prometido barrar qualquer proposta de aumento de impostos. A mudança causaria um acréscimo nas alíquotas do tributo pagas pelo setor, que alerta para o risco de demissões e impactos na inflação.

O setor de serviços engloba atividades como educação, segurança privada, saúde, hotelaria, comunicação, engenharia, publicidade, limpeza, telecomunicações, contabilidade, entre outros. Atualmente, essas empresas pagam uma alíquota de PIS/Cofins de 3,65% sobre o faturamento, no chamado “regime cumulativo”.

Já outros setores, como a indústria e comércio, têm uma alíquota de PIS/Cofins de 9,25% sobre o faturamento, mas, como estão no “regime não-cumulativo”, podem abater desse percentual todos os impostos já cobrados na cadeia de insumos e matérias-primas de seus produtos. Com isso, a alíquota real paga por esses setores acaba ficando também entre 3% e 4%.

Desde 2015, porém, o Fisco vem defendendo uma simplificação do sistema, passando também o setor de serviços para o modelo com alíquota mais alta. O problema é que tratam-se de setores cujos maiores custos estão na mão de obra, e não na compra de matérias-primas. Com isso, não haveria muita margem para abatimento na alíquota que, na prática, saltaria dos atuais 3,65% para valores que ficariam entre 8% a 9%.

“Sob o manto de uma modernização da tributação, a Receita Federal quer aumentar a carga tributária do setor de serviços, o que terá impacto desastroso no crescimento da economia brasileira e na geração de empregos”, avalia o vice-presidente da Frente Parlamentar do Setor de Serviços, deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que organizou o encontro entre as associações setoriais e Rodrigo Maia.

No encontro, o presidente da Câmara reafirmou sua postura contrária ao aumento de impostos e disse que irá pedir ao governo que negocie com o setor antes de enviar qualquer proposta de mudança no regime de PIS/Cofins ao Congresso. "Pedirei ao secretário da Receita (Jorge Rachid) que encontre uma alternativa para o setor de serviços", disse Maia, ao fim da reunião.

Pelas estimativas do presidente da Central Brasileira do Setor de Serviços (Cebrasse), João Diniz, a mudança de regime do PIS/Cofins pode causar até 2 milhões de demissões nas empresas do setor. "Como se trata de um tributo que é fácil de aumentar, o setor de serviços já teve sua carga aumentada anteriormente e pode ser mais uma vez penalizado. Essa é uma questão de interesse nacional, e não apenas das empresas", alegou.

Além da perda de postos de trabalho, a maior tributação sobre o setor terá impacto inflacionário, por atingir segmentos que têm grande peso sobre os orçamentos das famílias. "A cada R\$ 10 pagos pelos consumidores telefonia, internet e TV paga, R\$ 5 já vão para o governo. É inadmissível qualquer aumento de impostos sobre o setor. A consequência de qualquer elevação tributária é o aumento dos preços das tarifas", alertou o presidente da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), Eduardo Levy Levy.

O executivo estima que a mudança no PIS/Cofins teria um impacto de até R\$ 3,5 bilhões sobre as receitas das teles, o suficiente para zerar o lucro do setor em 2016. Ele lembrou ainda que as companhias do setor já perderam mais 20 milhões de assinantes de telefonia móvel durante a crise.

O presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Ademir Batista Pereira, acrescentou que, se o setor tiver uma alíquota maior de PIS/Cofins, as mensalidades do ensino privado irão aumentar e muitos colégios podem inclusive fechar as portas. "Seria uma tragédia para o setor, e a rede pública não teria nem condições de absorver esses alunos", completou.

O relator da Reforma Tributária, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), também se encontrou com os representantes dos setores de serviços e garantiu que a sua proposta não aumenta a carga de impostos dessas empresas.

A minuta apresentada ontem pelo deputado inclusive acaba com o PIS/Cofins, que seria fundido com outros tributos e contribuições que incidem sobre o consumo no chamado Imposto de Valor Agregado (IVA). Ainda não há prazo para que a proposta do deputado seja votada na comissão criada para analisar a reforma.

Nova política para juros do BNDES avança

24/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A nova política do governo para os juros do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) avançou nesta quarta-feira (23), quando foi aprovada por uma comissão especial do Congresso e ficou pronta para ser votada no plenário da Câmara dos Deputados.

O governo tem pressa para realizar a votação, porque a medida provisória que trata do assunto perde a validade no dia 6 de setembro, daqui a duas semanas. A medida foi aprovada na comissão por 17 votos a favor e 6 contra.

A medida provisória cria uma nova referência para os empréstimos do banco oficial, a TLP (Taxa de Longo Prazo), que seguiria as taxas pagas pelo governo para se financiar no mercado com títulos de cinco anos de prazo e substituiria a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), que hoje é fixada pelo governo.

Integrantes da equipe econômica, que acompanharam a votação na comissão para esclarecer dúvidas dos parlamentares, argumentam que a mudança reduzirá os subsídios que hoje beneficiam as empresas, o que permitirá diminuir os gastos do governo e as taxas de juros no país.

Críticos da medida, entre eles o senador José Serra (PSDB-SP), argumentam que a nova taxa será mais alta, vai encarecer os empréstimos e desestimular investimentos. Os parlamentares rejeitaram questionamento de Serra, que sustentava que a nova taxa provocará gastos extras que não foram considerados pela medida provisória, como manda a Constituição.

O argumento é que, com uma taxa mais alta nos empréstimos, os subsídios para bancar taxas menores para o setor agrícola vão aumentar.

O economista José Roberto Afonso, ex-funcionário do BNDES, também afirma que a nova taxa será mais elevada e aumentará o custo dos subsídios ao setor agrícola.

Para a equipe econômica, a hipótese não se sustenta. Os gastos com subsídios agrícolas são aprovados pelo Congresso, no Plano Safra. Ou seja, não haveria risco de aumento de gastos sem previsão no Orçamento da União.

Além disso, a TLP largará com o mesmo valor da TJLP (hoje 7% ao ano) e não se pode dizer que será mais alta, porque sua definição seguirá o comportamento das taxas de juros de mercado e da inflação, que estão em queda.

Serra apresentou proposta de manter a TJLP para empréstimos com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e adotar a TLP apenas para remunerar o Tesouro, que injetou no BNDES quase R\$ 500 bilhões, mas a sugestão não prosperou.

A oposição tentou obstruir a votação, mas o governo tinha maioria. Presidente da comissão, o senador Lindberg Farias (PT-RJ) disse que nova taxa cria insegurança à retomada do investimento.

Senado rejeita urgência para projeto que acaba com sigilo no BNDES

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Por 33 votos a 16, o Senado rejeitou nesta quarta-feira, 23, a urgência para tramitação do projeto de lei que acaba com o sigilo bancário das operações de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Sem urgência, o projeto segue na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando designação de relator.

O projeto estabelece que empréstimos concedidos não só pelo BNDES, mas também por outras instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, poderão perder sua condição de sigilo.

O texto prevê duas condicionantes para a publicização desses empréstimos: devem envolver subvenções ou operações de crédito subsidiadas, direta ou indiretamente,

com recursos públicos e beneficiar pessoas jurídicas ou entes públicos nacionais ou estrangeiros.

Dólar cai e Bolsa sobe com otimismo por nova taxa do BNDES e concessões

24/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O mercado financeiro reagiu com otimismo aos anúncios de concessões feitos pelo governo e à votação da nova taxa de juros do BNDES, que passou em comissão da Câmara dos Deputados e agora vai a plenário. O dólar fechou em queda, cotado a R\$ 3,14, e a Bolsa brasileira renovou seu maior patamar desde janeiro de 2011.

O dólar comercial recuou 1,10%, para R\$ 3,144. O dólar à vista, que fecha mais cedo, recuou 0,10%, para R\$ 3,153.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas da Bolsa brasileira, subiu 0,67%, para 70.477 pontos. É o maior patamar desde 18 de janeiro de 2011, quando o indicador fechou aos 70.919 pontos.

As atenções se voltaram nesta quarta ao noticiário doméstico. O primeiro foco foi a votação da TLP em comissão da Câmara. A criação da nova taxa de juros do BNDES, que ajudaria a reduzir os subsídios às empresas, recebeu 17 votos a favor e seis contra.

Perto do final do pregão, o governo decidiu anunciar uma série de concessões, entre elas a da Casa da Moeda e do aeroporto de Congonhas. O objetivo é aumentar a receita do governo, em tentativa de alcançar a meta de deficit fiscal.

Para Ignácio Crespo, economista da Guide Investimentos, a reação dos investidores não espelhou somente animação com as privatizações. "Não é apenas para cumprir meta. É pelo pacote de concessões, que é algo que, desde que [o presidente Michel] Temer assumiu, não avançou muito", diz.

"Então é uma boa notícia não só do lado macro, mas também do lado micro, pois tende a melhorar a governança das empresas, o ambiente de negócios e gera maior produtividade de grandes empresas que talvez não estivessem tendo a melhor gestão possível, não tão alinhadas com o mercado", ressalta o economista.

Na terça, o governo propôs a privatização da Eletrobras, o que fez com que as ações ordinárias da estatal subissem 49,3% e as preferenciais avançassem 32%.

Nesta quarta, as ações devolveram parte dos ganhos e fecharam em baixa. Os papéis ordinários recuaram 11,04%, para R\$ 18,86. As ações preferenciais perderam 9,13%, para R\$ 21,40.

"Esses anúncios também ajudam a manter o dólar em patamares mais baixos. Vai entrar muito dinheiro estrangeiro, já há interesse de grupos de fora do país de participar nas concessões", avalia Reginaldo Galhardo, gerente de câmbio da Treviso Corretora. "O investidor sabe que pode esperar porque a cotação deve cair, não precisa pagar R\$ 3,15 na cotação", complementa.

A avaliação é parecida com a de Régis Chinchila, analista da Terra Investimentos. "Todas essas questões ligadas à arrecadação são um teste para outras reformas. O governo conseguir aprovar essas medidas tem um fator bastante positivo para o mercado."

"Depois de mexer na meta fiscal, o governo agora tem que mostrar de onde virá o dinheiro, por isso, essas questões relacionadas à arrecadação são tão importantes", destaca.

A menor percepção de risco do mercado também se refletiu em queda do CDS (credit default swap, espécie de seguro contra calote). O indicador recuou 1,75%, para 199,6 pontos.

No mercado de juros futuros, as taxas dos contratos mais negociados fecharam em baixa. O contrato com vencimento em janeiro de 2018 recuou de 8,025% para 7,975%. A taxa para janeiro de 2019 caiu de 8,040% para 7,940%.

AÇÕES

Após subirem 8,58%, as ações da Cemig fecharam o dia em alta de 0,81%. O governo decidiu incluir uma das quatro usinas da estatal mineira na lista de concessões.

Os papéis da Petrobras fecharam com sinais mistos. As ações mais negociadas caíram 0,22%, para R\$ 13,76. Os papéis ordinários subiram 0,07%, para R\$ 14,32.

As ações da mineradora Vale fecharam em alta, apesar da queda de 2,3% dos preços do minério de ferro. Os papéis ordinários da Vale subiram 2,13%, para R\$ 32,54. As ações preferenciais avançaram 1,59%, a R\$ 30,10.

No setor financeiro, as ações do Itaú Unibanco subiram 1,09%. Os papéis preferenciais do Bradesco se valorizaram 0,90%, e os ordinários subiram 0,36%. As ações do Banco do Brasil tiveram valorização de 0,06%, e as units –conjunto de ações– do Santander Brasil ganharam 0,97%.

Os papéis da Metalúrgica Gerdau lideraram as altas do Ibovespa, com avanço de 7,42%. As ações da Usiminas avançaram 3,85%.

Meirelles: aprovação da TLP é relevante para modernização da economia

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comemorou nesta quarta-feira, 23, a aprovação pela comissão mista do Congresso, por 17 votos a 6, da Medida Provisória 777, que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) para substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos do BNDES a partir de janeiro de 2018. Segundo ele, a aprovação é um passo relevante para modernização da economia brasileira.

"A TLP irá diminuir o custo do crédito para todos e não apenas para os devedores do BNDES. Com a TLP, os subsídios do crédito passam a constar do orçamento com maior transparência e equidade na definição de políticas públicas", disse o ministro no Twitter.

A nova taxa irá variar conforme o custo de captação do Tesouro, ao contrário da TJLP, que é fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta enfrentou críticas da oposição e de parte do setor produtivo que estima que o custo das operações do BNDES ficará mais alto para o setor produtivo. "A TLP vai ajudar a reduzir as taxas de juros, aumentando a eficiência da política monetária no controle da inflação", rebateu o ministro na rede social.

Bandeira tarifária deve seguir vermelha em setembro

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A bandeira tarifária vermelha deve permanecer na conta de luz durante o mês de setembro, segundo estudo feito pela Compass Energia. As simulações realizadas pela comercializadora consideram as baixas chuvas previstas para os próximos 15 dias e também o baixo nível de armazenamento dos reservatórios mais importantes do País.

Diante desse cenário, o preço das térmicas mais caras a serem acionadas apresentam 90% de chance de se situar entre R\$ 430,00/MWh e R\$ 500,00/MWh. Esses valores superam o limite de acionamento da bandeira vermelha, que é de R\$ 422,56/MWh.

“O sinal vermelho segue indicando para o consumidor a necessidade de um uso mais racional e eficiente da energia elétrica”, disse o sócio-diretor da Compass, Gustavo Arfux.

Com a bandeira tarifária vermelha, a conta de energia sofre um acréscimo de R\$ 0,035 para cada quilowatt-hora (KWh) consumido. O anúncio da bandeira tarifária de setembro deve ser anunciado na próxima sexta-feira (25).

Rodrigo Maia abre nova sessão para votar MP da TLP

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), abriu por volta das 20h40 desta quarta-feira, 23, nova sessão plenária para votar a Medida Provisória (MP) 777/2017, que cria uma nova taxa de juros para balizar os empréstimos do BNDES.

A votação da TLP pode acontecer depois que Maia encerrou o debate sobre a reforma política. A análise da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) terminou após aprovação, por 441 votos e nenhum contra, de destaque do PT para retirar a vinculação do fundo eleitoral para bancar campanhas a 0,5% da receita corrente líquida.

A proposta de criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) – uma iniciativa da equipe econômica, em projeto de autoria da Presidência da República – foi aprovada no início da tarde desta quarta-feira, por 17 votos a 6, em uma comissão mista do Congresso Nacional.

O governo corre contra o tempo para votar o mais rápido possível a MP, que enfrenta forte resistência da oposição e até de parlamentares da base aliada, como o senador José Serra (PSDB-SP). Após passar pelo plenário da Câmara, a matéria ainda precisa ser votada no Senado até 7 de setembro, quando perde a validade.

Contrária à MP, a oposição já começou a obstruir a votação. Nesta noite, parlamentares do PDT pediram leitura da ata da sessão anterior, para tentar atrasar o início da discussão e, conseqüentemente, votação da medida provisória.

TLP: Por 259 votos a 18, Câmara rejeita requerimento para retirar MP de pauta

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou há pouco, por 259 votos a 18, requerimento para retirar da pauta da sessão desta quarta-feira a medida provisória (MP) 777/2017, que cria uma nova taxa de juros para balizar os empréstimos do BNDES.

O requerimento é mais um do "kit obstrução" apresentado pela oposição, para tentar retardar o início da votação da proposta.

A MP, que cria Taxa de Longo Prazo (TLP), foi aprovada no início da tarde desta quarta-feira, por 17 votos a 6, em uma comissão mista do Congresso Nacional.

O governo corre contra o tempo para votar a MP antes de 7 de setembro, quando perde a validade. A proposta enfrenta forte resistência da oposição e até de parlamentares da base aliada.

TLP: Sem quórum, Maia adia votação da MP para a manhã desta quinta-feira

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Sem quórum suficiente para seguir com os trabalhos durante a madrugada, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), adiou para as 10h30 desta quinta-feira, 24, a votação no plenário da Casa da medida provisória (MP) que cria uma nova taxa de juros que balizará os empréstimos do BNDES a partir do ano que vem, a TLP. Após cinco horas de discussão e obstrução da oposição, o tempo da sessão se esgotou por volta de 1h40, e não havia quórum suficiente no plenário para abrir uma nova.

A previsão é de que apenas o texto-base da MP consiga ser votado na sessão plenária desta quinta-feira, dia em que geralmente o quórum é baixo na Câmara, pois muitos parlamentares retornam para as bases eleitorais em seus Estados.

Com isso, a votação dos destaques deverá ficar para a próxima semana, pelas previsões do líder do governo, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Somente depois de aprovada a redação final, a proposta poderá seguir para o Senado, onde precisa ser aprovada até 7 de setembro, quando perde a validade.

A MP enfrenta resistências não só da oposição, mas também de parlamentares da base aliada, como o senador José Serra (PSDB-SP). O tucano esteve no plenário da Câmara na noite dessa quarta-feira, 23, tentando convencer deputados a votar contra a proposta.

O senador tucano também atuou contra a proposta na comissão mista, que aprovou a MP nesta quarta-feira por 17 votos a 6. No colegiado, o governo enfrentou dificuldades causadas pelo presidente da comissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), que é contrário à medida.

A criação da TLP é uma das mais importantes e sensíveis medidas para a política econômica, pois reduzirá o subsídio bancado pelo Tesouro Nacional quando o banco de fomento empresta a um custo menor do que o pago pelo País para se financiar no mercado. A aprovação da MP na comissão foi comemorada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, no Twitter. "Aprovação é passo relevante para a modernização da economia", escreveu o ministro.

Esvaziamento

Durante a discussão, a oposição afirmou que a MP vai esvaziar a importância do BNDES e encarecer o custo do crédito no Brasil. "É o pior momento de mudar a taxa. Quem vai garantir a política industrial brasileira, a inovação?", questionou a deputada Luciana Santos (PE), presidente nacional do PCdoB. Para o líder do PSOL, deputado Glauber Braga (RJ), a medida significa "praticamente o fechamento" do banco de fomento.

Relator da proposta, o deputado Betinho Gomes (PSDB-PE) saiu em defesa da MP. Para o tucano, a política de crédito do BNDES nos últimos anos não foi bem-sucedida e, por isso, deve ser alterada. "Precisamos dizer que subsídio ofertado pelo BNDES a

juros baratos não representou mais investimentos, a indústria continuou a perder espaço no PIB mesmo na alta de crédito”, declarou.

Receita alerta sobre débitos não inscritos no Refis

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Enquanto o governo ainda negocia os termos para a votação no Congresso Nacional do programa de parcelamento de débitos tributários, o Refis, a Receita Federal divulgou nesta quarta-feira, 23, um alerta aos contribuintes que devem ao Fisco e ainda não fizeram a adesão ao programa. No início de setembro, o órgão encaminhará para inscrição em Dívida Ativa da União os débitos para os quais já não cabem ações administrativas de cobrança e que não foram inseridos no Refis.

“A inscrição em dívida ativa implica incidências de encargos legais no âmbito da execução fiscal”, advertiu a Receita Federal.

O prazo para adesão ao Refis termina em 31 de agosto. Há a perspectiva de que essa data limite seja estendida até 31 de outubro nas negociações com o Congresso, como mostrou o >Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado), mas a Receita trabalha com o prazo vigente atualmente, que é o da próxima semana.

“Desta forma, o contribuinte ainda tem a opção de aderir, até o próximo dia 31 de agosto, ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) no âmbito da Receita Federal, com a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ou de outros créditos próprios, com redução de juros e multas e com prazos de parcelamento em até 180 meses”, destacou a Receita.

Meirelles: há emenda propondo adiamento do Refis para dia 31 de outubro

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o prazo de adesão das empresas para o Refis deverá ser adiado para 31 de outubro. A data hoje vai até 31 de agosto, mas as dificuldades de votar a proposta têm feito com que as companhias adiem a entrada no programa esperando uma definição.

Como o relatório sobre o Refis já foi aprovado na comissão, a ideia é aproveitar uma emenda já apresentada para ampliar o prazo de adesão ao programa na votação no plenário, já que, regimentalmente, não é possível mudar a data nessa etapa da tramitação. “É necessário que o acordo tenha viabilidade fiscal e tributária. Quando chegarmos a um acordo, chance de aprovar o texto é muito grande”, acredita.

Segundo Meirelles, as negociações em torno da proposta continuam e dificilmente se chegará a um acordo nesta semana. Ele reforçou que é necessário que o Refis mantenha arrecadação para o governo neste ano e, além disso, que sinalize para as empresas que não é um bom negócio deixar de pagar impostos e esperar o próximo parcelamento. “A mensagem deve ser clara, de que o menor negócio é que empresa tenha condição de pagar impostos em dia”, afirmou.

O ministro explicou que estão sendo discutidas alternativas, entre elas, prazos mais longos e descontos, mas o ponto principal é o valor das dívidas para que empresas possam dar entradas menores para aderir ao programa. O texto do governo previa uma entrada de 20% para empresas com débitos acima de R\$ 15 milhões, e 7,5% abaixo desse valor.

O relator do Refis, no entanto, aumentou esse patamar para R\$ 150 milhões. O governo conversa agora para que sejam contempladas empresas abaixo de R\$ 30

milhões. “Estamos discutindo onde estará esse número, que é fundamental”, completou.

Lotex

O ministro disse ainda que o governo espera que o projeto que muda as metas fiscais deste e do próximo ano seja aprovado até o dia 31 de agosto, prazo final para o envio do projeto de lei orçamentária de 2018.

Meirelles afirmou que o governo continua conversando sobre a privatização da Lotex, da Caixa Econômica Federal. “A ideia é que, se possível, isso possa ser feito no decorrer deste ano”, afirmou.

O ministro acrescentou que o formato da privatização da Eletrobras será anunciado assim que for definido pelo governo. Uma das alternativas em estudo é a emissão primária de ações da estatal.

Temer diz que liberação do PIS/Pasep beneficiará 8 milhões de pessoas

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente Michel Temer aproveitou o discurso na cerimônia na qual anunciou a liberação de R\$ 15,9 bilhões de contas inativas do PIS/Pasep para reiterar que, apesar das dificuldades, há quatro meses estão sendo registrados números positivos na economia. “Sem embargo desses índices positivos, nós sabemos das dificuldades”, afirmou Temer, depois de citar que aprovou no Congresso o teto de gastos públicos pelos próximos 20 anos, que será importante “para reduzir o déficit”.

O presidente fez questão de alfinetar o governo passado ao lembrar que quando assumiu o Planalto, “apanhamos o País com um déficit extraordinário”. Em seguida, justificou a demora da recuperação da economia ao citar que “a equipe econômica verificou que isso não se resolve de um ano para outro, em um passe de mágica”. Em seguida, acentuou que “precisamos ter esse equilíbrio” porque, “ninguém em casa pode gastar mais do que ganha”.

Ao falar da liberação de R\$ 15,9 bilhões de recursos do PIS/Pasep, Temer citou que se espelhou na medida anterior do FGTS, que injetou R\$ 44 bilhões na economia, para beneficiar agora oito milhões de pessoas. O presidente informou que as pessoas atendidas pela medida receberão, em média, R\$ 1.200,00. Mas a maioria dos cotistas terá direito a, ao menos, R\$ 750,00.

Temer disse também que terão direito ao benefício, mulheres com mais de 62 anos e homens com mais de 65. Após comentar que anteriormente esses recursos só eram liberados para quem tem mais de 70 anos, Temer explicou que usou esta regra de idade diferenciada seguindo o exemplo usado para a reforma da Previdência, que está sendo votada no Congresso e que terá um prazo de 20 anos de transição para começar a valer integralmente.

“A partir de outubro, poderão ir ao estabelecimento bancário sacar seus valores. Parece pouco, mas li que a média é de R\$ 1.200,00 por pessoa. Com isso, se cumpre mais uma missão social”, declarou.

Temer aproveitou também para exaltar a reforma trabalhista e rechaçar as acusações de que os trabalhadores perderão direitos com as novas regras. “Ora, basta examinar o artigo 7º da Constituição Federal para verificar que não se perde nenhum direito”, declarou Temer, acrescentando que estas são “afirmações equivocadas”.

Para o presidente, o que está acontecendo, ao contrário do que se diz, é “aquisição de emprego”. O crédito do PIS/Pasep estará liberado em outubro e o presidente Temer destacou que este aporte será injetado na economia brasileira.

"Por esta Medida Provisória, vocês verificaram, estamos injetando novos valores na economia brasileira. "Já o fizemos nas contas inativas do FGTS, de injetar R\$ 44 bilhões na economia que facilitou a venda do varejo no nosso País. Agora, são R\$ 16 bilhões", completou.

Temer libera R\$ 16 bilhões para idosos e age para reanimar investidores

24/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Depois da safra de notícias negativas que culminou com o aumento da previsão de déficit do Orçamento, o governo lançou um minipacote com objetivo de reverter o mau humor em relação ao desempenho da economia.

O presidente Michel Temer e sua equipe econômica anunciaram, em um só dia, a liberação de R\$ 15,9 bilhões do PIS/Pasep, além de uma nova linha de crédito do BNDES e mais privatizações.

A medida de maior apelo popular é a facilitação ao saque do PIS/Pasep, cujos cotistas são trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada até 1988. O governo reduziu a idade mínima para saques, de 70 anos para 65 (homens) e 62 (mulheres), e depositará o dinheiro diretamente para quem tem conta no Banco do Brasil ou na Caixa.

Quem não tem conta nos bancos estatais poderá solicitar a transferência para seu banco, a partir de outubro.

Segundo o Ministério do Planejamento, a medida vai beneficiar quase 8 milhões de pessoas e terá impacto positivo de 0,2 ponto percentual no PIB até o fim de 2018. Marcos Ferrari, secretário de Assuntos Econômicos do Planejamento, afirma que o efeito esperado é semelhante ao dos saques do FGTS.

"O primeiro efeito positivo será sobre o consumo. O segundo, via redução do endividamento das famílias."

Embora não receba depósitos desde 1988, o fundo do PIS/Pasep vem aumentando devido à falta de informação e à dificuldade de acesso.

Atualmente, o volume disponível é de R\$ 37 bilhões, recursos hoje à disposição do BNDES para empréstimos.

Na avaliação do Planejamento, os saques não afetarão as operações do banco, que tem outros recursos disponíveis para emprestar.

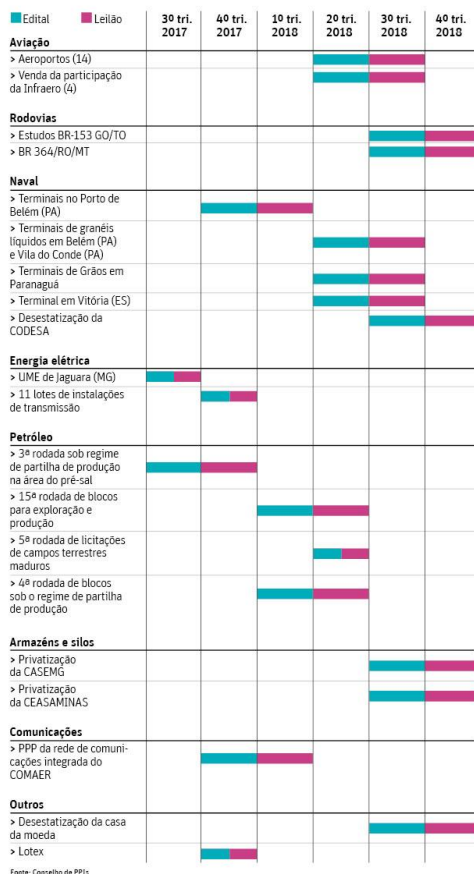
O pacote é o ponto central de um esforço do governo para girar a economia e sustentar a recuperação de empregos em um momento de transição até a retomada do crescimento no médio prazo.

Na avaliação de auxiliares de Temer, a confiança de investidores e consumidores foi duramente abalada pelas acusações feitas pelos donos da JBS contra o presidente.

O objetivo do governo é tomar medidas que não agravem o quadro fiscal para criar um ambiente positivo em relação à economia.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Datas previstas para as concessões; valor das outorgas ainda é desconhecido



Fonte: Conselho de PPIs

"Algumas pessoas me perguntam: quando é o 'feel good' [sentir-se bem, em inglês]? [Quando] as pessoas começarem a ter uma percepção de que a economia está melhorando, começam a perder o medo de perder o emprego", afirmou o ministro Henrique Meirelles (Fazenda).

Tudo tem como pano de fundo o combate ao desemprego, diz Temer

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

Ao anunciar, em cerimônia no Palácio do Planalto, a liberação de R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por meio do BNDES Giro para ser usado como capital de giro das micro, pequenas e médias empresas, o presidente da República, Michel Temer, disse que todas as medidas adotadas pelo governo "sempre têm como pano de fundo o combate ao desemprego". Temer afirmou ainda que quando o banco se volta para este segmento da economia, "estamos pensando no social".

Para o presidente, "há urgência de concessão de crédito" do BNDES Giro para este segmento, que são "as campeãs do emprego e desenvolvimento do nosso País".

E emendou salientando que estes recursos dão "injeção de vitalidade nas micro, pequenas e médias empresas" e " neste momento, o Giro dá vitalidade a estas empresas que são presença de dinâmica e de peso no comércio, na indústria e no serviço".

Temer acentuou também que este programa do BNDES "vem também ao amparo do produtor rural, que precisa de apoio".

Encomenda

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou que a pasta entrega "uma encomenda" ao anunciar o BNDES Giro. Segundo ele, a estimativa é que a taxa da

nova linha seja de 1,5% ao mês, o que significa 19% ao ano. "Uma redução de 30% no custo financeiro médio no crédito de giro para as PMEs", disse.

Dyogo destacou ainda que a digitalização de todo o processo na concessão de crédito foi fruto de uma discussão técnica e profunda com os bancos privados. "Os bancos vão incluir em suas prateleiras acesso a essas linhas de forma digital. O resultado disso será que, em 24 horas, o dinheiro vai estar disponível", afirmou.

De acordo com o BNDES, a nova linha passa a integrar o novo sistema de aprovação automática de operações do Banco, chamado de BNDES Online. A plataforma conecta os processos automatizados dos agentes financeiros aos do BNDES, visando ganho de eficiência, celeridade e segurança.

Dyogo afirmou ainda que o momento para lançar o programa é "particularmente conveniente", pois a economia brasileira está "no início da retomada".

O ministro disse ainda que a retomada é fruto das reformas que o governo está implementando e que essas ações de restabelecimento para as bases do crescimento, que permitirão que o Brasil tenha no futuro "um longo período de crescimento".

Dyogo lembrou que, no momento, o crédito para as PMEs ainda não tomou o terreno positivo e que essa linha de crédito "vem exatamente neste ponto de inflexão". O ministro citou o crescimento do varejo, de 3% em termos reais, disse que o emprego está voltando e que essas situações ajudarão a criar mais demanda para o crédito. "E as empresas precisam de capital de giro", destacou.

Ele afirmou ainda que o BNDES Giro é uma medida conveniente para o atual momento e que mensalmente o governo divulgará os resultados colhidos com a liberação desses recursos.

Projeções

O presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, afirmou que é difícil estimar números para a linha de crédito lançada para micro e pequenas empresas, mas que seria "razoável" acreditar que os recursos possam atingir até 200 mil clientes.

Segundo ele, "especulando números", com esse universo possível de 200 mil clientes e um tíquete médio de R\$ 100 mil, é possível chegar ao montante de R\$ 20 bilhões, que o banco disponibilizará para a nova linha.

TLP

Também presente no evento de lançamento do BNDES Giro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, reafirmou a defesa da agenda de reformas e medidas no mercado de crédito que tem como uma das principais ações a criação da nova Taxa de Longo Prazo (TLP). Em discurso, ele argumentou que essa agenda permitirá ao Brasil ter custo menor do crédito e inflação controlada pelo Banco Central com juro menor.

"É importante mencionar as medidas globais do mercado de crédito", disse o ministro da Fazenda que enumerou ações anunciadas e em elaboração no governo. "É importante que o crédito aumente em volume e com custo menor", completou.

Entre as ações, Meirelles destacou o projeto de criação da nova TLP em substituição à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP). "A reforma da TJLP alinha o mercado de crédito e permite ao BC controlar a inflação com juros menores", comentou.

Meirelles também lembrou das ações que deverão reduzir o spread bancário – margem cobrada pelo banco – do crédito para dar mais garantias às operações, como a lei de recuperação judicial e o aumento dos colaterais em empréstimos.

Sobre a lei de recuperação, o ministro comentou que o projeto está pronto para ser encaminhado ao Congresso Nacional. Ao lembrar que a crise deteriorou as condições financeiras de muitas empresas, o ministro da Fazenda defende a importância de que o governo crie "uma porta de saída" para as companhias que estão em situação de recuperação judicial.

Opep diz que poderá discutir extensão de cortes na produção além do 1º trimestre

24/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) disse hoje que todas as opções estarão em aberto durante sua reunião de 30 de novembro, inclusive a possibilidade de estender os atuais cortes na produção da commodity além do primeiro trimestre de 2018.

Segundo acordo fechado no fim do ano passado e renovado em maio, a Opep e dez grandes produtores que não pertencem ao cartel se comprometeram a reduzir sua produção combinada em 1,8 milhão de barris por dia até março do ano que vem, numa tentativa de reverter um persistente excesso de oferta e reavivar os preços do petróleo.

Apesar do pacto, os estoques de petróleo têm diminuído de forma lenta e continuam bem distantes da meta do grupo, de atingir um nível médio de cinco anos, e as cotações do petróleo ainda não chegaram ao patamar de US\$ 60 por barril que a Arábia Saudita, por exemplo, almeja.

Fim do mistério: VW revela o inédito SUV T-Roc, cotado para ser feito no Brasil

24/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Modelo ficaria posicionado entre o futuro T-Cross e a nova geração do Tiguan. Produção nacional seria em São José dos Pinhais



A Volkswagen divulgou nesta quarta-feira (23) as primeiras imagens oficiais do T-Roc, também chamado pela mídia especializada como 'SUV do Golf'. O modelo fará sua estreia mundial no Salão de Frankfurt, em setembro, e é cotado para ser um dos dois SUV's inéditos que a marca alemã confirmou para serem feitos no Brasil.

Ele começa a ser vendido em novembro na Europa, com preço na faixa dos 20 mil euros (cerca de R\$ 74,6 mil), e a partir de 2018 segue para outros mercados como Ásia, China e, provavelmente, o Brasil.

Por aqui o T-Roc seria produzido em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba, em cima da multiplataforma MQB, a mesma do Golf, do A3 Sedan e do Q3, todos já feitos no Paraná.

O outro SUV é o T-Cross, que usará a base MQB-AO, a mesma do novo Polo, com produção em São Bernardo do Campo (SP). De porte compacto médio, o T-Roc brigaria em solo brasileiro com o Jeep Compass, atual sensação do mercado nacional.



No Velho Continente, ele é anunciado em três versões de acabamento - a básica, a Style e a Sport - e seis opções de motores, sendo três a gasolina e três a diesel. Todos turbos, com injeção direta de combustível e potências que vão até 190 cv. Os propulsores serão administrados por uma transmissão manual ou uma automática DSG de sete velocidades e dupla embreagem.

No Brasil, deverá vir com duas opções a gasolina, o 1.0 TSi, de 125 cv, que já equipa o Golf nacional, e outro 1.5 turbo, que estará na próxima versão reestilizada do hatch médio. Há ainda a possibilidade dele utilizar o 2.0 TSI, de 220 cv, na versão mais nervosa.

O Volkswagen adiantou que o T-Roc terá capacidade off road, o que significa que contará com tração integral, possivelmente nas configurações a diesel.



Abaixo do Tiguan

O novo SUV mede 4,23 m de comprimento, o que significa 25,2 cm a menos que a nova geração do Tiguan. Só que o Brasil receberá apenas a versão de 7 lugares do utilitário maior, batizado de Allspace.

Isso dá a entender que o T-Roc ocuparia a lacuna abaixo, substituindo o Tiguan (de primeira geração) vendido atualmente no país. As dimensões se completam com 2,60 m de entre-eixos, 1,81 m de altura e 1,57 m de altura.

O porta-malas tem capacidade para 445 litros de bagagem, que salta para 1.290 litros quando os bancos traseiros bipartidos são rebatidos. O carro será calçado com rodas de liga leve aro 17.

O modelo trará luzes diurnas e lanternas traseiras em led e um pacote amplo de assistência ao motorista. Destaque para frenagem de emergência com detecção de pedestres, assistente de permanência em faixa, sensor de ponto cego, assistente de estacionamento e frenagem automática pós-colisão.

Também contará com o controle de cruzeiro adaptativo já disponível no Golf, que acelera e freia o veículo automaticamente conforme o ritmo do trânsito à frente.

A configuração mais básica já sairá de fábrica com sistema start/stop, controle eletrônico de estabilidade e central multimídia de 6,5 polegadas, que cresce para 8 polegadas nas intermediárias.

A conectividade com smartphones (Apple CarPlay, Android Auto e MirrorLink) virá no sistema Discovery Media e mostrará serviços online, como previsão do tempo e notícias.

Brasil aprova taxa de 20% para importação de etanol; medida atinge EUA

24/08/2017 – Fonte: Reuters

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Brasil aprovou nesta quarta-feira uma tarifa de 20 por cento na importação de etanol para volumes que excederem 600 milhões de litros ao ano, uma medida que atinge o produto dos Estados Unidos, que vinha inundando o mercado brasileiro.

O Ministério da Agricultura informou que a tarifa será válida por um período de 24 meses, ao final do qual será avaliada. O Brasil não taxava a importação do biocombustível.

A medida foi vista como "alívio" pela indústria de cana, que alega que as importações, especialmente para o Norte/Nordeste, estão entre os fatores de pressão nos preços do etanol.

"Apoiamos a proposta do MAPA (Ministério da Agricultura) aprovada hoje, o que vai dar ao setor um alívio no curto prazo", disse o diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), Eduardo Leão, em entrevista à Reuters.

"Há excedentes estruturais de etanol nos EUA, devido ao fechamento de mercado de outros destinos tradicionais dos EUA, como China e Europa, e o Brasil vinha sendo o principal país a receber esses excedentes", acrescentou ele.

O executivo da Unica lembrou que somente nos primeiros seis meses deste ano o país importou quase o dobro de 2016, que já foi um ano com volumes bem acima dos anos anteriores.

De acordo com dados do governo brasileiro, as importações subiram 330 por cento primeiro semestre na comparação anual, superando 1 bilhão de litros.

A medida será válida a partir de sua publicação no Diário Oficial da União, segundo a assessoria de imprensa do ministério.

A decisão da Camex "corrige uma distorção que estava colocando em risco o abastecimento ao tirar a competitividade da produção nacional", disse o presidente do Fórum Nacional Sucroenergético, André Rocha.

"Enquanto a ANP (reguladora) não regulamenta a Resolução 11 do CNPE que daria tratamento isonômico entre o etanol importado e o nacional, a Camex reconhece essa distorção...", destacou ele à Reuters.

TENSÃO

A tarifa foi aprovada em um ano em que a indústria brasileira sofreu com a concorrência do etanol dos EUA, mas também marcado por certa tensão comercial, após os norte-americanos barrarem em junho as exportações de carne bovina in natura do Brasil.

A medida desta quarta-feira provocou reações no mercado norte-americano, que lida com um excedente do biocombustível.

"Estamos decepcionados... ao ver a decisão do Brasil hoje de impor uma tarifa sobre o etanol dos EUA. Dado o tremendo volume de informação que fornecemos ao Brasil... parece que a política prevaleceu hoje e os consumidores brasileiros perderam", afirmaram em nota conjunta as associações de produtores de combustíveis renováveis dos EUA e dos produtores de grãos norte-americanos.

"A imposição de tarifas sobre as importações de etanol nos Estados Unidos prejudicará os consumidores brasileiros aumentando seus custos na bomba", acrescentou o comunicado.

No lado do mercado dos EUA, isso também terá efeito negativo, segundo uma fonte do setor.

"Isso é baixista (para os preços nos EUA). Coloca limites a importações pelo Brasil", afirmou um operador do produto dos EUA. "Estamos produzindo excedentes, sem a China, sem a Europa e agora limites para o Brasil", afirmou ele, na condição de anonimato.

O ministro da Agricultura, Blairo Maggi confirmou a aprovação da taxa em mensagem no Twitter, após duas fontes com conhecimento da situação dizerem à Reuters que a tarifa havia sido aprovada.

Maggi: aumento de tarifa sobre etanol importado terá custo para o País

24/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Ribeirão Preto, 23 – O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou nesta quarta-feira, 23, ao Broadcast Agro, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que a decisão da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), de aumentar de zero para 20% a tarifa do etanol importado, "com certeza" vai gerar um custo para o Brasil.

A avaliação do ministro é de que os Estados Unidos – país que é o mais prejudicado por ser o maior exportador do combustível para o Brasil – e até outros produtores adotarão tarifas semelhantes às anunciadas hoje.

"A regra vale para os dois lados e eles (EUA) terão todo o direito de taxar também. Nós avaliamos essa possibilidade e outras também que poderão ocorrer e não há nada que seja de graça. Vai ter um custo para o Brasil com toda certeza", disse o ministro. "Pau que bate em Chico, bate em Francisco", completou.

A tarifa aprovada pela Camex incidirá por dois anos para um volume de etanol importado que exceder 600 milhões de litros anualmente, respeitando o limite de 150 milhões de litros por trimestre.

A adoção de cotas trimestrais foi necessária porque o limite de 600 milhões de importação de etanol já foi superado em 2017 e a tarifa, caso fosse considerado o ano civil, já incidiria sobre todo o volume comprado a partir da decisão de hoje.

A proposta avaliada hoje foi encaminhada pelo Ministério da Agricultura e Maggi, que sempre defendeu o livre comércio, admitiu que a decisão foi tomada "de coração partido", mas que a reavaliação na tarifa foi necessária. "Tomo essas decisões com coração partido, porque acho que o mercado tem de andar sozinho, mas você ver um setor morrendo e não fazer nada é muito complicado também."

Maggi lembrou que a tarifa é temporária e foi adotada "porque de fato há uma enxurrada de oferta" de etanol dos Estados Unidos no Brasil.

"Com o preço do milho baixo, e como eles são muito competitivos, se não tomássemos esse cuidado a gente destruiria a indústria nacional do etanol", afirmou. "Penso que em dois anos tudo volte ao normal. A tarifa cairá e o mercado se posicionará", concluiu.

Autopeças: localizar depende de maior volume

24/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A nacionalização de alguns componentes e autopeças por sistemistas e fornecedores continua esbarrando num problema conhecido: sem volume fica inviável. Mas os três participantes do painel O Planejamento do Supply Chain 2018, do Workshop Planejamento Automotivo 2018, realizado por Automotive Business em 22 de agosto no Sheraton WTC, em São Paulo, permanecem otimistas com o futuro.

Eles acreditam que com a volta do crescimento da indústria é possível aumentar o conteúdo nacional. E para haver um impulso significativo, algumas tarefas importantes precisam ser colocadas em prática, de maneira sustentável, iniciando pela formação de pessoas e seguindo para a viabilidade de programas que invistam em tecnologia de forma perene.

“Tecnologia ainda é um grande nó em função de volume. Por isso, precisamos de um fundo que dê suporte aos nossos parceiros, de modo a fazer com que nossa indústria seja robusta dentro do segmento”, avaliou George Ferreira, gerente de compras da CNH Industrial.

Para Celso Simomura, vice-presidente de compras, relações públicas, assuntos governamentais e engenharia da Toyota, é possível nacionalizar tudo, mas, mais uma vez, depende de grande demanda e, por isso, é preciso se preparar.

“O compromisso com a tecnologia tem de ser de longo prazo, pois se torna inviável planejar algo sem uma visão mais longa. Se fizermos essa lição necessária, teremos efetividade, já que capacidade o Brasil tem, basta investir.”

Os fornecedores sofreram muito mais do que os sistemistas, cuja “saúde” difere de outros níveis. Entretanto, esta movimentação acabou criando uma seleção natural e, diante dos anos intensos de crise, acabou se mantendo quem estava mais preparado.

“A cadeia ficou muito fragilizada e, mesmo agora, ninguém está preparado para sair correndo. No caso da ZF, os programas de suporte interno têm um peso significativo e, para nós, é a melhor maneira de manter a qualidade”, garantiu Tarcisio Costa, diretor de gestão de materiais da ZF América do Sul.

Na Toyota, de acordo com Simomura, os parceiros são tratados como “família Toyota” e o trabalho em torno deles é bastante intenso. Há um programa anual de fornecedores, no qual as questões produtividade e qualidade são bastante debatidos. “Ajudamos todos, mas também nos concentramos muito naqueles com maior dificuldade. Acreditamos que a Rota 2030 possa contribuir bastante, auxiliando na prática naquilo que já desenvolvemos internamente.”

ATENÇÃO A CADA FORNECEDOR

Como no caso da Toyota, além dos investimentos em tecnologia, o empenho de cada empresa para manter seus fornecedores tem sido determinante. Os três palestrantes do painel também concordaram que o Inovar-Auto auxiliou bastante nessa caminhada. Ferreira, da CNH Industrial, afirmou que o programa fortaleceu o segmento com conteúdo local.

“Já estamos com quase 90% do ciclo de investimentos de R\$ 190 milhões finalizado, que beneficiou especialmente os segmentos de caminhões, ônibus e máquinas agrícolas, tudo para incentivar a nacionalização. Localizamos as transmissões manuais automatizadas, entre outros itens.”

Já na ZF, o R\$ 1,9 bilhão em compras deve crescer para R\$ 2 bilhões em 2018. Entretanto, com 50% de importados, que devem girar em torno de 50% a 52% no ano que vem, já que a empresa se beneficia do global sourcing, enquanto a nacionalização não se torna questão imprescindível no País.

“Ainda não conseguimos fazer o fornecedor brasileiro atender mundialmente. Os globais aqui instalados têm condições de atender lá fora, mas os nacionais não, em função, novamente, dos canais de tecnologia”, lamenta Costa.”

Inversamente na Toyota, a perspectiva é chegar ao fim de 2017 com 65% de conteúdo nacional no total de compras. E para o próximo ano a 70%. São índices bastante arrojados diante do geral. A explicação para tal, segundo Celso Simomura, foram os aportes feitos não apenas para nacionalizar conteúdo, mas também em outras áreas da empresa, das quais todo o processo depende.

“Investimos em nossos laboratórios de motores e de materiais e no centro de design sem depender da matriz, respaldados pelo Inovar-Auto. Foram iniciativas que motivaram a localização de peças e ferramentais. E também seguimos como diretriz o pedido da matriz de nacionalizar o máximo que pudermos. Isso explica nossa preocupação e o cuidado com os fornecedores.”

O crescimento do mercado na Argentina alavancou as compras da CNH Industrial a partir do Brasil, com total de R\$ 5 milhões em compras, alta moderada sobre 2016. Máquinas agrícolas e de construção, especialmente tratores e colheitadeiras, por conta do aumento da safra de grãos, foram determinantes na elevação dos números.

Indústria mais 'tecnológica' tem avanço maior

24/08/2017 – Fonte: CIMM

Produção de celulares, computadores, TVs, automóveis e máquinas agrícolas avançou mais que a média da indústria no 1º semestre.

As indústrias que usam mais tecnologia em suas linhas de montagem, como as fabricantes de eletroeletrônicos, automóveis e máquinas, têm puxado a reação da produção industrial este ano.

Um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) obtido com exclusividade pelo 'Estadão/Broadcast' revela que esses setores cresceram acima da média no primeiro semestre deste ano.

O movimento foi puxado pela produção de telefones celulares, computadores, TVs, automóveis e máquinas para o setor agrícola. Uma demanda impulsionada pela liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS) inativo, pelas exportações e pela supersafra de grãos.

O estudo do Iedi divide a indústria em quatro categorias de intensidade tecnológica: alta, média-alta, média-baixa e baixa. No primeiro semestre, as duas primeiras categorias cresceram acima da produção industrial total, que avançou 0,5% ante 2016, o primeiro crescimento após seis semestres de queda.

A produção da indústria de alta intensidade avançou 1,4%, enquanto a de média-alta cresceu 2,7%. Já as indústrias de média-baixa e baixa intensidade ficaram com desempenho abaixo da média, com quedas de 3,1% e 0,2%, respectivamente.

O cenário mais positivo já surgiu, por exemplo, no balanço da Weg do segundo trimestre, divulgado há um mês. A fabricante de equipamentos eletroeletrônicos para automação registrou lucro líquido de R\$ 272 milhões, crescimento de 6,7% sobre o mesmo período de 2016, embora a receita líquida tenha caído 2,3%, para R\$ 2,3 bilhões.

Nos comunicados ao mercado sobre os resultados, a Weg citou que "o cenário doméstico é de relativa melhora". Além disso, houve recuperação de vendas nos principais mercados da companhia no exterior, embora a receita com exportações tenha sido atrapalhada pelo câmbio, disse o diretor André Luís Rodrigues, a analistas no mês passado.

Segundo o Iedi, o crescimento na produção das indústrias mais tecnológicas também foi marcado por uma base de comparação ruim – no início de 2016, a atividade industrial foi fraca. Ainda assim, a safra de grãos recorde esperada para este ano estimulou a demanda no campo por bens de capital, o setor externo absorveu a fabricação de automóveis, enquanto a liberação de contas inativas do FGTS impulsionou as vendas de eletrodomésticos da linha marrom, como televisores.

Juros

Parte desses fatores perderá força no resto do ano, mas a queda nos juros pode ajudar esses setores, segundo Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi. "Os recursos do FGTS não terão a mesma força, mas outros fatores podem compensar, como a melhora no quadro de crédito, com quedas nas taxas de juros. A renda dos trabalhadores voltou a crescer, e a inflação mais baixa também está liberando a renda das famílias para outros consumos, para itens que não sejam essenciais."

No primeiro semestre, a produção de equipamentos de TV e comunicação saltou 24,3%; equipamentos de informática cresceram 6%; veículos automotores aumentaram 11,7%; e máquinas e equipamentos mecânicos tiveram alta de 2,4%.

Dados da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica apontam que o crescimento da produção da indústria eletroeletrônica (3,1%) no semestre ocorreu em função da alta de 18,5% na área eletrônica, uma vez que a indústria elétrica recuou 7,1%.

Gerdau anuncia saída de família da direção-executiva e escolha de novo CEO

24/08/2017 – Fonte: DCI



A siderúrgica Gerdau e Gerdau Metalúrgica anunciaram nesta quinta-feira uma mudança de gestão, com os membros da família controladora se afastando da direção-executiva das empresas e focando apenas nos conselhos de administração.

De acordo com fato relevante, Gustavo Werneck da Cunha, atual diretor-executivo da operação Brasil do grupo assumirá como novo presidente-executivo. As mudanças passam a valer a partir de janeiro de 2018.